

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.451 - RJ (2019/0048810-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE : LABORATORIO DAUDT OLIVEIRA LTDA**  
**ADVOGADOS : ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ050932**  
**RAFAEL HENRIQUE FIUZA DE BRAGANÇA - RJ121320**  
**EMBARGADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA E OUTRO(S) -**  
**RJ110501**  
**PATRICIA SHIMA - RJ125212**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Laboratório Daudt Oliveira Ltda. contra decisão que conheceu em parte do recurso especial da parte adversa e, nessa extensão, deu-lhe provimento.

Alega a parte embargante que há erro material e/ou contradição na decisão embargada, uma vez que a hipótese dos autos não se enquadra no entendimento adotado pelo STJ no REsp 1.339.313/RJ, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pois o caso é de inexecução total do serviço pela embargada, o que afasta a legalidade da cobrança integral da tarifa de esgoto.

Aduz que o Tribunal de origem, seguindo a linha de raciocínio adotada no referido recurso repetitivo, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, reconheceu que não há a possibilidade de cobrança da tarifa de esgoto no presente caso, pois o serviço não foi prestado de forma parcial nem total, mas deixou a embargada de prestar qualquer das quatro fases do ciclo de tratamento do esgoto (coleta, transporte, tratamento e disposição final dos dejetos no meio ambiente).

Impugnação da parte embargada às e-STJ, fls. 788-791.

É o relatório.

Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado e corrigir erros materiais.

O CPC/2015 equipara à omissão o julgado que desconsidera acórdãos proferidos sob a sistemática dos recursos repetitivos, incidente de assunção de competência, ou ainda que contenha um dos vícios elencados no art. 489, § 1º, do referido normativo.

No caso, não estão presentes quaisquer dos vícios autorizadores do manejo dos embargos declaratórios, estando evidenciado, mais uma vez, o exclusivo propósito da embargante em rediscutir o mérito das questões já devidamente examinadas.

Ao contrário do que afirma a insurgente, não se extrai do inteiro teor do acórdão dos embargos de declaração julgados na origem a conclusão de que não foi prestada nenhuma das fases do serviço de esgotamento sanitário.

Em que pese aquela Corte tenha acolhido os embargos de declaração da

# *Superior Tribunal de Justiça*

ora embargante, suas razões apenas afastam a prestação das fases de tratamento e destinação final, não havendo manifestação a respeito da ausência de prestação das outras fases (coleta e transporte), conforme se infere do seguinte excerto do referido acórdão (e-STJ, fls. 608-609):

Analisando, no entanto, o recurso oposto pela parte autora, assiste razão ao seu pleito, tendo em vista o teor do laudo pericial de fls. 305/337 ( e- doc 000313), mais precisamente às fls. 336, item 05, conclusão:

"Tal como devidamente apurado no local e demonstrado nos itens constantes deste Laudo e na documentação anexada, restou comprovado que a Ré CEDAE não trata e nem fornece destino final a qualquer esgoto gerado pelas instalações do Laboratório Autor, isto porque o efluente líquido dos filtros e da E.T.D.I. saem bastante limpos, com muito poucas impurezas, e são vertidos nas galerias de águas pluviais dos dois logradouros que circundam estas matrículas, que são de propriedade e gestão do Município do Rio de Janeiro." (grifei)

Assim, se verifica que a hipótese suscitada nos embargos de declaração opostos pela parte autora enseja retratação, sendo acolhidos, portanto, os embargos declaratórios da parte autora para consignar a inexigibilidade da tarifa de esgoto, enquanto não instalado o serviço, mantendo-se, no mais, o v. acórdão. (grifos acrescidos)

Dessa forma, não são cabíveis os presentes embargos, haja vista que a real intenção da parte embargante não é sanar alguma omissão, contradição ou obscuridade na decisão impugnada, e sim rediscutir o que aqui ficou claro e coerentemente decidido, buscando efeitos infringentes em situação na qual não são cabíveis.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator